O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE, O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO: PERSPECTIVAS NO DIREITO ELEITORAL NAS ELEIÇÕES 2024

Autor(res)

Thais Ribeiro Lacerda
Habib Ribeiro David
Cintia Batista Pereira

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

O processo eleitoral é uma base essencial da democracia, pois possibilita que os cidadãos exerçam ativamente seu direito de escolher os representantes. No caso de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais, as eleições de 2024 oferecem uma oportunidade significativa para se examinar a interação entre a sociedade, o Estado e a Constituição. A cidade, marcada por desafios econômicos e sociais, representa um microcosmo que reflete questões que se manifestam em todo o Brasil. Essa relação entre sociedade, Estado e Constituição é crucial para fortalecer a democracia e assegurar que os interesses dos cidadãos sejam devidamente atendidos.

Objetivo

O diálogo entre sociedade, Estado e Constituição durante as eleições de 2024 em Ribeirão das Neves é crucial para fortalecer a democracia. A participação cidadã nas eleições, juntamente com o controle social e a exigência de políticas públicas, é essencial para que o Estado atenda às demandas populares.

Material e Métodos

Entretanto, é preciso garantir que a Constituição seja vista não apenas como um texto normativo, mas como um instrumento eficaz que promova a representatividade e a execução das decisões políticas de forma concreta.

Este estudo apoia-se em uma revisão bibliográfica sobre o direito eleitoral, destacando a relação entre sociedade, Estado e Constituição. Adicionalmente, foram considerados dados e reportagens locais referentes às últimas eleições em Ribeirão das Neves, analisando o diálogo estabelecido entre candidatos, partidos e as demandas da população. O método incluiu a observação das campanhas eleitorais, dos discursos dos candidatos e das reações do eleitorado às propostas, buscando identificar padrões de comportamento e expectativas da sociedade em relação à atuação estatal na cidade. Também foi realizada uma análise documental da Constituição Federal, com foco nos artigos que regulamentam o processo eleitoral e a representatividade cidadã.

Resultados e Discussão

Examinar de que forma a sociedade de Ribeirão das Neves interage com o Estado, tendo a Constituição como mediadora, no contexto das eleições de 2024. O intuito é entender as expectativas dos cidadãos e de que maneira o sistema eleitoral pode influenciar transformações no panorama local.As eleições de 2024 em Ribeirão das Neves trazem uma atmosfera de expectativa por mudanças, com foco nas questões de segurança, saúde e educação, amplamente discutidas durante a campanha eleitoral. O diálogo entre os cidadãos e o Estado, guiado pela Constituição, intensifica-se à medida que a população em busca de eleger representa que correspondem às suas necessidades e aspirações. Contudo, também é transparente uma desconfiança em relação à capacidade do processo eleitoral de promoção de mudanças substanciais, principalmente em razão de promessas anteriores não realizadas.

Conclusão

A Constituição Federal fornece uma base para a participação democrática, mas sua aplicação efetiva depende da fiscalização e da participação ativa da sociedade. Em Ribeirão das Neves, a Constituição desempenha um papel crucial na proteção dos direitos eleitorais, enquanto o debate sobre reformas que podem aproximar o Estado das demandas populares se torna cada vez mais relevante.

Referências

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: [data de acesso].

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

DWORKIN, Ronald. Levando os direitos a sério. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

GOMES, Luís Roberto Barroso. O direito à participação política. In: MORAES, Alexandre de (Org.). Direitos fundamentais: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2012. p. 123-148.

MIRANDA, Jorge. A Constituição e a cidadania: um estudo sobre a relação entre a Constituição e o exercício da cidadania. In: REIS, Luciana (Org.). Cidadania e participação política. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 65-82.

PIMENTA, Leandro. O controle social das políticas públicas: desafios e perspectivas. Revista Brasileira de Política Pública, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 245-266, 2015.